



## CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <http://www.cmm.pr.gov.br>

## ATA

Esta Audiência Pública é destinada ao cumprimento da obrigatoriedade da Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, atendendo ao que preceitua o artigo 9º, § 4º, e o artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF). A organização desta Audiência Pública, no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), é de responsabilidade da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO (CFO)**, composta pelos Vereadores **ONIVALDO BARRIS** – Presidente, **MÁRIO SÉRGIO VERRI** - Vice-Presidente, e **CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA** – Membro. A fim de dar início à Prestação de Contas referente ao 1º Quadrimestre de 2021, às 15 horas do dia 25 de maio de 2021, o Presidente destacou que a realização da presente Audiência Pública havia sido amplamente divulgada à comunidade, a fim de ensinar a todos os interessados a devida participação. Entretanto, dada a atual conjuntura do enfrentamento à pandemia do Novo Coronavírus COVID-19, a Portaria nº 097/2020 desta Casa de Leis veda a presença de público externo nas sessões da Câmara Municipal, permitida em plenário tão somente a presença de vereadores, de servidores no exercício de suas funções e de profissionais da imprensa. Sendo assim, não estiveram no local os demais servidores do Poder Executivo Municipal e os munícipes interessados, bem como a maioria dos senhores Secretários Municipais, como de praxe. Embora a Audiência Pública tenha se dado sob as atuais restrições sanitárias, a apresentação pôde ser acompanhada pelo público em geral em transmissão ao vivo, pelos seguintes meios eletrônicos da CMM: *site* oficial, páginas do *Facebook* e do *YouTube*. Destarte, Onivaldo Barris esclareceu que a participação dos interessados dar-se-ia por meio de envio de questionamentos a estes canais oficiais. O Presidente continuou sua fala, saudando todos os profissionais da equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), representados pelos servidores presentes na ocasião: Nádia da Rocha Ferreira, Contadora; Claudinei Braz da Silva, Diretor de Orçamento; e Gilvane de Almeida Braga, Superintendente. Em seguida, cumprimentou os Secretários Municipais e autoridades presentes: Ivan Quartaroli, Secretário Municipal de Segurança Pública; Paulo Gustavo Ribas, Secretário Municipal de Limpeza Urbana; Terezinha Pereira, Secretaria Municipal da Mulher; Fracisco Favoto, Secretário Municipal de Trabalho e Renda; Sandra Jacovós, Secretária Municipal de Assistência Social; Tenente-coronel Carlos Henrique Cardozo, Secretário Municipal de Infraestrutura; José Gilberto Purpur, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana; Victor Simião, Secretário Municipal de Cultura; Emmanuel Predestin, Secretário de Juventude e Cidadania; Clóvis Augusto de Melo, Secretário de Gestão de Pessoas; Marcelo Aguilar Puzzi, Secretário de Saúde de Maringá; Cinthia Amboni, Superintendente Maringá Previdência; e Patrícia Parra, Coordenadora do PROCON. Acompanharam a Audiência Pública de Prestação de Contas, em partes ou em sua totalidade, os vereadores Mário Hossokawa, Flávio Mantovani, Professora Ana Lúcia, Sidnei Telles, Delegado Luiz Alves e Paulo Biazon. Foram convidados para compor a Mesa dos trabalhos o Secretário Municipal de Fazenda, o senhor Orlando Chiqueto Rodrigues; e o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, o senhor Gilvane de Almeida Braga. Em seguida, o senhor Orlando Chiqueto iniciou a apresentação dos dados, agradecendo a presença dos servidores em geral, dos Secretários Municipais e da equipe da SEFAZ. Destacou que, apesar de a atual conjuntura não permitir o acompanhamento de forma presencial das Audiências Públicas, estas têm tido alta participação da população por meio das redes sociais. Este fato, segundo ele, vai ao encontro do objetivo que a Prefeitura Municipal de Maringá tem de ser transparente e transmitir as informações de maneira simples ao contribuinte. Ressalta-se que, durante toda a apresentação do senhor Secretário, houve a interpretação de sua fala em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), visando maior abrangência na comunicação. Orlando Chiqueto explicou que os dados a serem apresentados compunham uma avaliação de metas, na qual far-se-ia uma comparação das receitas arrecadadas com as despesas empenhadas e uma análise do resultado alcançado, bem como sua conformidade com os índices legais e uma breve e sintética análise da gestão fiscal. Em seguida, passou a expor, em slides, os dados referentes a esta Audiência Pública, os quais estão disponíveis nos anexos denominados "Relatório Audiência Pública (0217080)" e "Relatório Slides Apresentação (0217561)", e podem ser acessados via SEI (Sistema Eletrônico de

Informações) pelo processo de nº 21.0.000003186-8. Os arquivos fornecidos pela Prefeitura Municipal também foram disponibilizados no *Site* da Câmara Municipal de Maringá por meio do caminho: Transparência > Informações Administrativas > Publicações > Audiências Públicas > Audiência Pública - 1º Quadrimestre de 2021 (Link: <http://transparencia.cmm.net:8090/portaltransparencia/publicacoes>). Além disso, o evento foi registrado em meio audiovisual no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, o qual pode ser visualizado pelo link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>. Ao término da apresentação de slides, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento parabenizou a equipe da SEFAZ pelo trabalho. Em seguida, nomeou o vereador Mário Verri como Secretário dos trabalhos, para que este fizesse a inscrição dos presentes interessados em fazer o uso da palavra. Onivaldo Barris definiu que esta dinâmica se daria com uma pergunta sucinta por pessoa a cada rodada, com respostas da SEFAZ em sequência, uma a uma. O primeiro vereador a fazer o uso da palavra foi Sidnei Telles, que comentou que este quadrimestre é especialmente importante, visto que é o primeiro após um ano todo de enfrentamento a uma pandemia. Analisando os números, ele observou que as perdas não haviam sido tão grandes quanto o esperado e que as despesas mantinham um nível de controle de gastos adequado, incluindo nestas a folha de pagamento. O vereador ressaltou que, em sua opinião, já exarada quando Presidente da CFO, o Município possui baixo grau de endividamento, o que significa que é possível gastar mais e realizar mais investimentos. Ele observou que a porcentagem de endividamento é de 14% negativos, sendo que há a possibilidade legal de se endividar em até 120%. Portanto, Sidnei Telles disse defender que os recursos sejam utilizados para investimentos, o quanto possível. Sobre a Educação, o vereador comentou que, ainda que sem aulas presenciais, houve trabalho por parte dos professores e funcionários da pasta. Também lembrou que deverão ser tomadas medidas extras para o funcionamento seguro das escolas durante o enfrentamento à pandemia. Portanto, ele indagou se as despesas decorrentes disso estavam incluídas no planejamento. Outra preocupação do vereador foi acerca da reforma tributária em andamento no Congresso Nacional, a qual poderá prejudicar o Município em decorrência da mudança na interpretação da incidência do ISS (Imposto Sobre Serviços). Sendo assim, Sidnei Telles questionou se alguma análise vinha sendo realizada pela SEFAZ sobre essa provável alteração, a fim de evitar maiores prejuízos. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda informou que o Prefeito Municipal, em recente reunião, solicitou que todos os Secretários Municipais executassem seus orçamentos, pois o Chefe do Executivo Municipal entende que tudo o que está planejado no orçamento é de extrema necessidade à comunidade. Para isso, é necessário cuidado ao monitorar o comportamento das receitas, a fim de que não se gaste mais do que se arrecada. Orlando Chiqueto comentou que o momento é de desconforto no ato do planejamento do orçamento, dada a insegurança que a crise no Novo Coronavírus impõe a todos. Entretanto, ele frisou que 13% de todo o orçamento é destinado a investimentos, o que é fundamental para manter a economia aquecida. O Secretário Municipal destacou que, pelo fato de a Prefeitura de Maringá ser a maior empresa em atividade no Município, todos os seus projetos precisam e serão executados de forma plena. Com relação ao orçamento da Educação, Orlando Chiqueto informou que uma série de investimentos foram antecipados, como a instalação de ar condicionado em todas as salas, compra de sistema educacional e notebooks para os alunos, implantação de energia fotovoltaica, dentre outros. O motivo da antecipação é o fato de ter havido uma economia, ainda que indesejada, por conta da redução das horas extras dos funcionários e professores, do consumo de combustível, de energia elétrica e de água, visto que não há aulas presenciais no momento. Sobre a reforma tributária, ele explicou que esta beneficiará pequenos municípios que não fazem a “lição de casa” e que dependem de transferências da União e do Estado para bancar seus custeios e realizar seus investimentos. O Secretário Municipal destacou que Maringá está na vanguarda no que tange ao tema e que tem um sistema tributário bem definido, com arrecadação própria interessante. Todavia, a cidade terá parte de sua receita diminuída em detrimento de outros municípios o que é preocupante. Segundo ele, as prováveis consequências vêm sendo acompanhadas pelas Secretarias de Fazenda de vários municípios do Estado do Paraná. Orlando Chiqueto também comentou que a referida mudança tributária somente ainda não ocorreu de forma concreta devido à clara dificuldade em unificar recolhimento do ISS por todos os entes públicos. Em seguida, com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues observou que, mesmo com o alongamento da situação de pandemia do Novo Coronavírus e a perspectiva de agravamento do quadro, não houve perda de arrecadação; e que as previsões de aumento de receita, ainda que tímidas, foram superadas. Ela comentou que, dada sua experiência com o trabalho de planejamento ao longo de anos, pode-se afirmar que a referida situação é resultado da adequada elaboração dos planos e sua execução, fazendo com que a economia local cresça. A vereadora acrescentou que o planejamento federal da economia não inclui incentivos ou financiamentos para a indústria e para as políticas sociais, o contrário do que faz Maringá. Segundo Ana Lúcia Rodrigues, é importante que o período pós-pandemia seja construído no momento atual, pois, em caso negativo, restarão sequelas graves para a comunidade. A vereadora citou que o Cartão-Alimentação, fornecido durante o ano passado no

valor de noventa reais, não havia tido aumento, ainda que houvesse em curso uma crise sem precedentes. Assim, a vereadora disse acreditar haver a possibilidade de ampliar o referido valor, para, no mínimo, cento e cinquenta reais. Continuando sua fala, ainda na linha da política social, ela destacou a garantia de moradia como um redutor de vulnerabilidade da população. Sendo assim, ao analisar a Prestação de Contas, Ana Lúcia Rodrigues observou que o Município tem todas as condições de fazer um aporte cada vez maior de recursos em políticas sociais. Portanto, ela indagou qual era a concepção do Poder Executivo Municipal quanto ao tema, já que a “lição de casa” em relação ao desenvolvimento econômico vem sendo feita pela atual Gestão, ao passo que poderia ser feito mais pelo desenvolvimento social, citando a existência de trinta e quatro mil famílias inscritas no CadÚnico. Posteriormente, a vereadora aproveitou para obter informações acerca das isenções fiscais concedidas pelo Município e que impacto estas teriam na arrecadação. Em resposta, Orlando Chiqueto afirmou que o resultado positivo das contas públicas apresentado na ocasião não era fruto de acaso, e sim de planejamento, monitoramento e intervenção, quando necessário. Ele informou que, no ano passado, o Prefeito Municipal contratou o SEBRAE para realizar um plano de retomada econômica, com a finalidade de já tomar as devidas medidas para o período pós-pandemia, que visassem à distribuição de renda e ao emprego. Segundo o Secretário Municipal, com este planejamento e com a contribuição de diversas entidades dos mais variados segmentos representativos de Maringá, houve aporte de recursos ao Fundo Garantidor de Crédito. Assim, foi possível a manutenção do funcionamento das médias e pequenas empresas da cidade, bem como a existência de empregos por elas geradas e a consequente distribuição de renda. Ele destacou também outro programa aprovado por esta Casa, o qual está em vias de implementação para o início do mês de junho, que é o “Maringá Juro Zero”. Orlando Chiqueto lembrou que o Município não esperou ações efetivas do Governo Federal no que tange aos auxílios emergenciais, visto que o próprio Prefeito Municipal promoveu este auxílio, com o acompanhamento da Secretária Municipal Sandra Jacovós e com contribuição desta Casa de Leis. Além disso, houve a suplementação de recursos do Orçamento, não só para a Secretaria Municipal de Assistência Social, mas também para a Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, com o auxílio emergencial para os trabalhadores do setor de eventos, no qual houve a maior queda de arrecadação de ISS. Assim, segundo ele, todas essas ações são fruto do planejamento realizado no ano anterior. O Secretário da SEFAZ informou que, graças à gestão austera da Prefeitura Municipal, incluindo contenção de gastos e busca incessante por aumento de arrecadação, é que não faltaram recursos para este tipo de ação. Além disso, Orlando Chiqueto esclareceu que a SEBRAE está elaborando um novo projeto, o qual está em análise pela Secretaria Municipal Inovação, Aceleração Econômica, Turismo e Comunicação e pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, para que este trabalho tenha continuidade no ano de 2021, visto que não se pode prever a duração exata da crise causada pelo COVID-19. Dessa forma, ele explicou que, a todo momento, o planejamento deve ser remodelado e reavaliado, e que, portanto, os recursos necessários para atender às demandas serão disponibilizados conforme requeridos. Com relação à moradia, o Secretário Municipal disse que a Diretoria de Habitação tem feito um ótimo trabalho nesse sentido, com o objetivo de trazer o morador da periferia para o centro da cidade, por meio das Zonas Especiais de Interesse Social para a habitação. Orlando Chiqueto explicou também que as ações sociais como o auxílio emergencial são formas de injetar recursos no comércio e serviços locais, o que incentiva a manutenção de empregos e a distribuição de renda no Município. Sobre as isenções fiscais concedidas durante o período de enfrentamento à pandemia, ele informou que nenhuma foi realizada, pois, para tanto, há a necessidade de aumentar o imposto para outros segmentos a fim de compensar a renúncia de receitas, ou, ainda, reduzir despesas. Por isso, atualmente, de acordo com o Secretário, é muito difícil praticar a isenção fiscal. O que a Prefeitura Municipal fez foi o diferimento e a suspensão de tributos, como, por exemplo, a mudança da data de vencimento de determinados tributos do primeiro para o segundo semestre de 2021. No ano passado, isso também foi feito nos meses de maio, junho e julho, mas houve pequena adesão, conforme informou Orlando Chiqueto. Por isso, ele disse que é possível que tenha havido uma provável mudança de comportamento do consumidor no uso de seus recursos e no pagamento de seus tributos. O Secretário Municipal aproveitou para comentar que há estudos que determinam que o contribuinte brasileiro trabalha até a data de 25 de maio de cada ano, somente para pagar os tributos que lhe são impostos. Ele destacou que, na contramão desta situação, Maringá valoriza o contribuinte, exemplificando sua fala com a citação da redução da alíquota do setor de Saúde, o que foi primordial para o enfrentamento da pandemia, sem causar diminuição na arrecadação. Orlando Chiqueto informou que também houve redução de ISS de alguns segmentos, como da área de produção de vendas, visto que muitas empresas com sede em Maringá levavam suas empresas a municípios vizinhos que possuíam alíquota menores de ISS. Entretanto, este contribuinte continuava morando em Maringá e utilizando-se dos serviços existentes na cidade, de acordo com o Secretário. Portanto, a alíquota foi reduzida de três para dois por cento, o que fez com que as empresas retornassem ao Município e a arrecadação fosse

umentada. Assim, ele reafirmou que todas as ações no sentido da redução de alíquotas tiveram retorno positivo, auxiliando na manutenção da saúde financeira e orçamentária de Maringá. Com a palavra, o vereador Paulo Biazon comentou que, com a necessidade de enfrentamento à pandemia, houve a contratação de novos funcionários para a área da Saúde, o que causou somente um pequeno impacto no limite prudencial, graças à boa arrecadação de receitas. Portanto, o vereador perguntou se esses postos de trabalho seriam mantidos para que se promovesse o atendimento das doenças não tratadas durante a pandemia. Em resposta, Orlando Chiqueto lembrou que haveria uma Audiência Pública da Saúde na corrente semana, nesta Casa. Comentou também que a Secretaria Municipal de Saúde, após a superação da pandemia do COVID-19, pode vir a enfrentar uma onda de doenças que tiveram seu tratamento desassistido durante este período, por conta do receio de contaminação que a população possa ter tido, evitando procurar o Sistema de Saúde. Assim, ele acredita que a equipe, neste número, deverá ser mantida por mais tempo, visto que a Secretaria Municipal de Saúde tem muitos desafios para os próximos anos. Continuando seus questionamentos, Paulo Biazon perguntou qual seria a possibilidade, por conta do superávit, de estender o auxílio emergencial por pelo menos mais seis meses, com o fito de estimular a economia em dois milhões mensais e garantir às pessoas vulneráveis maior segurança. Ele também indagou acerca da possibilidade da inclusão de novos profissionais de eventos ao grupo de beneficiados pelo auxílio. Em resposta, Orlando Chiqueto disse que o volume de trabalho para fazer o cadastro e a análise corretos das pessoas que necessitam deste Auxílio é muito grande. Ele explicou que a eficácia do cadastramento e distribuição de recursos serão, certamente, avaliados pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, com auditorias externas. Assim, é necessário ter cuidado e não ampliar a abrangência do auxílio sem que haja um planejamento, pois há o risco de surgirem dificuldades no monitoramento e na destinação do dinheiro a quem precisa de fato. O Secretário Municipal relatou ter enfrentado diversas dificuldades na identificação dos cadastrados para o repasse do auxílio emergencial em curso, visto que muitas pessoas informaram dados incompletos. Foi necessário, segundo ele, a ajuda da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda para checar os cadastros e validar informações. Ainda em seus questionamentos, Paulo Biazon perguntou se o FUNDEB, cuja folha de pagamento foi de 60% para 70%, é destinada somente a professores ou se servidores da área da Educação em geral estão contemplados. Em resposta, Orlando Chiqueto informou que praticamente 100% do FUNDEB é utilizado para o pagamento de folha de professores, assistentes sociais e psicólogos. Em seguida, o vereador com a palavra destacou uma notícia veiculada na imprensa, a qual informava que o Município utilizou, em investimentos no Aeroporto, recursos recebidos do Governo Federal para o enfrentamento à pandemia. Em resposta, Orlando Chiqueto comentou que um meio de comunicação publicou uma manchete equivocada, a qual divulgava que Maringá havia utilizado para outra finalidade os recursos federais de destinação exclusiva na prevenção e combate ao Novo Coronavírus. Contrariamente a esta falsa informação, o Secretário Municipal esclareceu que o recurso utilizado nos investimentos ao Aeroporto foi recebido em conformidade com a Lei Complementar nº 173/2020, que previu a provável perda de arrecadação por conta da pandemia. Destarte, a União destinou recursos aos Estados e Municípios com o objetivo de compensar possíveis perdas de arrecadação. Portanto, tais recursos foram recebidos como receitas de fonte livre, sem a necessidade de uso exclusivo para o enfrentamento à pandemia. O Secretário Municipal destacou que o Aeroporto é uma empresa 100% pública, cujo único acionista é a Prefeitura Municipal de Maringá, e esta empresa é estratégica no período de pós-pandemia. Ele frisou que o Município possui uma das maiores pistas do Estado do Paraná, com a possibilidade de receber aviões de carga; além de zona de processamento aduaneiro. Orlando Chiqueto ressaltou que o Aeroporto é ferramenta importante para trazer novas empresas para Maringá, não só para retomada econômica, e sim para o crescimento da economia, pois esta já está aquecida. Ele declarou que muitas pessoas, indevidamente, utilizaram a informação sem antes entender a legislação vigente, e fizeram uma crítica sem o correto fundamento. Como última fala, Paulo Biazon observou que alguns segmentos tiveram queda na arrecadação, perguntando se era possível planejar algo específico para esses eles. Em resposta afirmativa, o Secretário Municipal lembrou que o SEBRAE vem dando continuidade ao projeto de retomada e crescimento dos diversos setores, de modo a buscar cenários favoráveis para que essas empresas possam desenvolver suas atividades, da melhor maneira possível. Ele disse que a Prefeitura Municipal vem apresentando alternativas para que essas empresas possam se manter no mercado e se recolocar, gerando emprego e renda. Fazendo uma observação, Orlando Chiqueto aproveitou para ressaltar que não há processo contra o Prefeito Municipal, que todas as contas do Município estão aprovadas, e que não existe nenhuma ação pública em curso contra a Gestão Municipal. Segundo ele, tal fato é resultado do trabalho sério da SEFAZ e das demais pastas, as quais são vigilantes e zelosas no ofício. O Secretário afirmou que um dos motivos de Maringá ser uma boa cidade é a qualidade de seu servidor público. Com a palavra, o vereador Mário Verri perguntou qual foi o impacto do REFIS (Programa de Recuperação

Fiscal), aprovado nesta Casa de Leis, nas contas públicas. Como segundo questionamento, ele indagou como vinham sendo tratados os pedidos da TCCC (Transporte Coletivo Cidade Canção) à Prefeitura Municipal, pois os vereadores haviam rebebedo uma visita recente do sindicato dos trabalhadores desta empresa, o qual trouxera algumas demandas. Em resposta sobre o REFIS, o Secretário Municipal de Fazenda alegou não ter números atualizados na ocasião, mas informou que já foram protocolados mais de dez mil contratos de adesão ao REFIS por parte de contribuintes que procuraram a SEFAZ, na Praça de Atendimento. Este número significa cento e cinquenta milhões de reais renegociados. De acordo com ele, a estimativa é que se tenham arrecadado, com a primeira parcela ou parcela única, um pouco mais de dez milhões de reais. Orlando Chiqueto prometeu, portanto, solicitar à pasta os dados atualizados, encaminhando-os para os vereadores em seguida. Ele explicou que o valor é pequeno em porcentagem de arrecadação, sendo praticamente o que se recebia em dívida ativa, dado que a Prefeitura Municipal é eficiente no ajuizamento dos débitos e recuperação dos créditos tributários. O Secretário Municipal esclareceu que o REFIS é interessante pela certeza do recebimento, visto que, por meio do contrato de adesão, fica previsto em quanto tempo haverá a amortização por parte do contribuinte. Portanto, esse instrumento auxilia o contribuinte a regularizar sua situação tributária e ter acesso a certidões negativas, podendo voltar a praticar algumas atividades econômicas que a inadimplência não permite. Sobre a TCCC, Orlando Chiqueto informou que a empresa participou, há anos, de um processo licitatório no qual foi vencedora, o qual resultou em um contrato que era vantajoso para ela naquele momento. Entretanto, atualmente, o ideal seria o cancelamento daquele contrato e a contratação de nova empresa com nova modelagem de transporte público, de acordo com o Secretário. Ele relatou que esse é um tema recorrente entre os Secretários Municipais de Fazenda, visto que há dificuldades em todos os municípios sobre o assunto, já que o modelo atual é inviável. Orlando Chiqueto lembrou que a referida empresa obteve muito lucro com a operação em tempos anteriores, mas que, hoje, ela busca da Prefeitura Municipal a compensação pelas perdas decorrentes da queda do número de usuários. Entretanto, ele explicou não haver meios legais para atender essa demanda. A Controladoria e a Secretaria de Governo estão trabalhando no sentido de avaliar se os pedidos da TCCC são pertinentes, se valores solicitados são reais, se há meios legais para atendê-los etc. O Secretário Municipal destacou, entretanto, que esse serviço público deve se manter ativo, visto que uma parte muito significativa da população necessita dele e não pode ser desassistida. Portanto, a Prefeitura Municipal aguarda uma intervenção judicial na resolução do problema, para que o gestor público também tenha segurança na tomada de decisão e sejam evitadas penalidades por atender às demandas da TCCC. Com a palavra, a vereadora Ana Lúcia Rodrigues comentou que este contrato, quando assinado, favorecia sobremaneira a empresa. Ela ainda relatou que, à época, foi realizado um estudo técnico que apontou que, nos dez anos anteriores à assinatura, a população de Maringá crescera 2,1%, enquanto o número de usuários caía em 0,5% a cada ano. A vereadora destacou que a Prefeitura Municipal tinha conhecimento de tal fato quando concedeu à empresa de transporte coletivo a garantia do equilíbrio econômico financeiro do contrato, mesmo sabendo que a quantidade de usuários continuariam diminuindo. Sendo assim, ela indagou se havia o risco de a TCCC tinha a possibilidade de ter suas demandas atendidas via judicial. Ela ainda frisou que deve haver uma auditoria externa no âmbito da empresa, a fim de que se esclareça sua real situação. Em resposta, o Secretário garantiu que haverá discussão em juízo acerca do tema, e que o Poder Executivo Municipal levará o processo com prudência e segurança. Com a palavra, Onivaldo Barris informou que não foram enviados questionamentos pelos meios eletrônicos de comunicação disponibilizados para este fim. Além disso, representando a CFO, o vereador parabenizou a equipe da SEFAZ e a condução satisfatória desta por Orlando Chiqueto. Terminou sua fala, agradecendo aos presentes e aos que acompanharam o evento remotamente. Nada mais havendo a ser tratado, declarou-se encerrada a Audiência Pública às 16h25min, lavrando-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pelos membros presentes. Segue, em anexo, o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 1º Quadrimestre de 2021, em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, fornecido pela Prefeitura Municipal. O conteúdo na íntegra da **AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTE AO 1º QUADRIMESTRE DE 2021** foi registrado em meio audiovisual e todo conteúdo encontra-se disponível para acesso no *Site* da Câmara Municipal de Maringá, no link: <http://www.cmm.pr.gov.br/?inc=audienciaPublica>.

**ONIVALDO BARRIS**

Presidente

**MÁRIO SÉRGIO VERRI**

Vice-Presidente

**CRISTIAN MARCOS MAIA DA SILVA**  
Membro



Documento assinado eletronicamente por **Cristian Marcos Maia da Silva, Vereador**, em 28/05/2021, às 11:10, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Onivaldo Barris, Vereador**, em 28/05/2021, às 11:38, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mário Sérgio Verri, Vereador**, em 28/05/2021, às 11:44, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0217976** e o código CRC **032E0774**.

21.0.000003186-8

0217976v2